

PARA DIVULGAÇÃO IMEDIATA
25 de setembro de 2021

Contatos:

Rosa Peralta, Comitê pelos direitos humanos na América Latina (CDHAL), solidared@cdhal.org +1 (438) 390-9536

Viviana Herrera, MiningWatch Canada, viviana@miningwatch.ca +1 (343) 998-53-26

Jan Morrill, Earthworks, jmorrill@earthworksaction.org, +1 (207) 542-4360

Comunidade na Amazônia brasileira continua sem água seis meses após o rompimento de barragem de mineradora canadense

Famílias de Aurizona afirmam que mineradora canadense não cumpriu o que prometeu. Além do abastecimento inadequado de água, a comunidade denuncia criminalização de lideranças por parte da empresa.

Há exatos [seis meses](#), os mais de 4 mil habitantes da comunidade de Aurizona, situada na região amazônica do estado do Maranhão, estão sem acesso adequado a água potável. Localizada no município de Godofredo Viana, a comunidade de Aurizona teve seu abastecimento de água afetado após o rompimento de uma barragem da mina de ouro da empresa Mineração Aurizona S.A (MASA), de propriedade da mineradora canadense Equinox Gold.

Membros da comunidade relatam que, desde o rompimento da barragem Lagoa de Pirocaua, a água das torneiras é lamacenta e apresenta coloração escura e cheiro forte. Segundo [relatório da Agência Nacional de Mineração](#) (ANM), a barragem servia para a retenção de sedimentos e água da chuva coletada para uso no processamento de minerais. O rompimento ocasionou um mar de lama e água rio abaixo que atingiu o reservatório de água potável que abastecia as famílias de Aurizona. Desde então, a comunidade solicitou repetidas vezes a realização e a divulgação de estudos sobre a qualidade da água. Diante da ausência de resposta, o Movimento de Atingidos por Barragens (MAB) e centros universitários do Maranhão e de Minas Gerais conduziram os seus próprios estudos no início de setembro, cujos resultados devem ser divulgados nos próximos dias.

A empresa afirma ter resolvido o problema ao ter ajudado a comunidade “[a ter novamente água limpa, a construir uma estação de tratamento de água melhor que a anterior, fornecer \[sic\] água potável](#)”. A comunidade de Aurizona, no entanto, não confirma essa versão da empresa. Segundo moradores, a água chega às torneiras de forma intermitente e a empresa tem utilizado água do reservatório contaminado pelo derrame para abastecer os caminhões pipa. Também não são todas as casas que são abastecidas. Muitos membros da comunidade [estão tendo que sair de Aurizona para ter acesso à água](#). Além disso, alguns moradores reclamam de [irritação da pele e problemas estomacais](#) como resultado do uso da água fornecida. “Os funcionários da empresa dizem que estão bebendo a mesma água que nós, mas isso não pode ser verdade ou estariam lidando com os mesmos problemas de saúde que nós”, indigna-se Maria Valdirene Teixeira.

Outro ponto controverso em relação às declarações da empresa se refere à causa do rompimento da barragem. A MASA e sua empresa controladora Equinox Gold repetidamente afirmaram que a barragem se rompeu devido a um episódio de “[chuva excepcionalmente forte \(de mais de 450 mm\)](#)”, fenômeno que ocorreria a cada 10 mil anos. No entanto, um estudo independente baseado em dados meteorológicos oficiais do Brasil demonstra um cenário bem diferente. Segundo o estudo do Dr. Steven

Emerman em julho, “nenhum local na costa atlântica do estado do Maranhão recebeu mais de 150 mm de chuva entre 24 e 28 de março”, o que caracteriza níveis normais de quantidade de chuva na região. A pesquisa conduzida pelo Dr. Emerman concluiu que “a causa raiz da falha deve ser considerada como negligência sistemática.”

“O que causa ainda mais indignação é que a empresa continua negando que houve rompimento de uma barragem. De fato, não foi a barragem de rejeitos principal que se rompeu, mas a Lagoa de Pirocaua é sim uma barragem de mineração, segundo a própria ANM”, afirma Dalila Calisto do MAB.

Após [várias reuniões](#) entre representantes da empresa, autoridades governamentais e membros da comunidade, bem como manifestações pacíficas de famílias afetadas, a situação não mudou. Em vez disso, a empresa recorreu à justiça e obteve uma decisão que proíbe manifestantes de bloquear as estradas locais e entrou com uma [ação judicial contra cinco lideranças locais](#). Segundo Juciara Pereira Lima, integrante do Comitê de Atingidos pela mina do Aurizona, “Ninguém gosta de estar aqui protestando. Tivemos que fazer isso porque nossa situação é insuportável.”

Até o ocorrido, a MASA não havia incluído a barragem que se rompeu no registro nacional de barragens, conforme exigido pelas autoridades brasileiras, que decidiu aplicar uma multa e interditar a barragem. Ainda de acordo com os documentos da ANM, não existe um plano de ação emergencial para a barragem nem a empresa apresenta regularmente relatórios de fiscalização e monitoramento.

“É inaceitável que seis meses após o rompimento da barragem e em plena pandemia da Covid-19 a empresa não tenha atendido às demandas da comunidade por água potável nem tampouco tenha buscado compensar as famílias atingidas e fornecer informações confiáveis sobre a qualidade da água. Pior ainda: a Equinox Gold concentra seus esforços na criminalização das pessoas que lutam por seus direitos”, declarou Rosa Peralta do Comitê pelos direitos humanos na América Latina (CDHAL).

###